

# *PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL* COMO PARTE DE UMA PROPOSTA TEÓRICO- METODOLÓGICA MARXISTA: CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA DE MEDIAÇÃO ANALÍTICA

## Resumo

Este trabalho busca pautar as principais concepções e os elementos teórico-conceituais necessários para o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, com o intuito de tratar esta categoria enquanto mediação necessária para o estudo de fenômenos que são produtos da conformação da lei do valor do capitalismo, em períodos históricos específicos e espaços determinados. Neste sentido, o objetivo maior subjacente a este trabalho é ajudar na conformação de uma proposta teórico-metodológica essencialmente marxista e que consiga dar conta da complexidade própria dos novos fenômenos do capitalismo contemporâneo que estão a despontar em diferentes contextos e espaços, contribuindo na consolidação teórico-metodológica da categoria *padrão de reprodução do capital*, a partir da aplicação do método materialista histórico e dialético na análise da lei do valor e da utilização da Teoria Marxista da Dependência.

**Palavras-chave:** padrão de reprodução do capital; lei do valor; método dialético; Teoria Marxista da Dependência.

## Abstract

This work seeks to guide the main conceptions and theoretical-conceptual elements necessary for the development of the category *standard of reproduction of capital*, with the objective of making this category the

JOSÉ RAIMUNDO  
BARRETO TRINDADE  
GILBERTO DE SOUZA  
MARQUES  
WENDELL DA COSTA  
MAGALHÃES

necessary mediation for the study of phenomena that are products of the conformation of the law of value of capitalism, as Karl Marx developed it, in specific historical periods and determined spaces. In this sense, the main objective underlying this work is to help in the conformation of a theoretically methodological proposal that is essentially Marxist and capable of explaining the complexity of the new phenomena of contemporary capitalism emerging in different contexts and spaces. From the application of the historical and dialectical materialist method in the analysis of the law of value, we use the Marxist Dependency Theory to suggest a path that contributes to this enterprise.

**Keywords:** Standard of reproduction of capital; law of value; dialectical method; Marxist Dependency Theory.

## I. Introdução

No pós-Segunda Guerra Mundial, a ampla maioria dos países do mundo encontrava-se numa condição de subdesenvolvimento, porém a teoria do desenvolvimento caracterizava o subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento e apontava um conjunto de condições a ser seguido pelas nações subdesenvolvidas para superar o atraso e alcançar a Europa e os EUA, estabelecendo uma pretensa convergência de renda para distintas economias e sociedades. Por sua vez, a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) entendia que o subdesenvolvimento era resultado principalmente da deterioração dos termos de troca no mercado mundial, com os países da periferia vendendo produtos primários a baixo valor agregado e comprando mercadorias industrializadas de elevado valor agregado. A solução proposta pela CEPAL foi a industrialização do subcontinente latino-americano, destinando papel destacado ao Estado e às políticas (nacional) desenvolvimentistas.

Alguns países da região conseguiram avanços expressivos em sua industrialização, mas as contradições permaneciam. Então quais as suas razões? No decorrer dos anos 1960 (e com mais visibilidade na década seguinte) foi se constituindo um conjunto de reflexões, particularmente na América Latina, mas não apenas nela, que buscaram responder as inquietações levantadas. Surge, assim, a teoria da dependência, “um

esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 2015, p. 26).

Neste campo de análise destacaram-se autores de origem marxista: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros, aos quais se somam as contribuições de André Gunder Frank. Assim, conclui-se que a dependência é, antes de tudo, uma situação na qual “alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsionar, enquanto os outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato” (DOS SANTOS, 1970, p. 45), dependência gerando mais dependência (MARINI, 2011, p. 135).

Algumas categorias destacaram-se e deram consistência teórica ao que passou a ser conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD), destacadamente as da superexploração do trabalho e do subimperialismo – elaboradas por Marini. Também cabe a este autor a análise do ciclo do capital na economia dependente, base de sustentação de outro estudo: o padrão de reprodução de capital, desenvolvido mais detalhadamente por Jaime Osorio.

Assim, padrão de reprodução do capital, tendo como centro a teoria do valor de Marx e o movimento do valor-capital, configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que busca mediações analíticas entre categorias conceituais gerais e abstratas (modo de produção capitalista e sistema mundial) e estudos concretos (formação econômico-social e conjuntura), entre a economia mundial capitalista e as características específicas de determinadas formações sociais. Dessa forma, alimenta-se dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSORIO, 2012, p. 41).

Este artigo trata da categoria *padrão de reprodução do capital*, considerada enquanto uma mediação ontológica essencialmente marxista, desprovida de influências de concepções de outras escolas de pensamento que, tal como Marini ([1973] 2011a, p. 132) alertou, fazem com que se recaia no ecletismo, na falta de rigor conceitual e metodológico e num “pretensão enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação”.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é pautar as principais concepções e elementos teórico-conceituais necessários à compreensão e desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital* com base em Marx e autores marxistas, com o intuito de fazer desta categoria a mediação necessária à análise de fenômenos resultantes

da conformação da lei do valor do capitalismo, em contextos históricos e espaciais específicos. Assim, busca-se contribuir na conformação de uma proposta teórico-metodológica que consolide a categoria padrão de reprodução do capital enquanto mediação analítica necessária à interpretação marxista dos complexos fenômenos do capitalismo contemporâneo.

Para isso, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho desenvolve-se em cinco seções. A seção que se segue trata do método materialista e dialético, da sua importância e da construção das mediações analíticas. Logo depois, abordamos os movimentos de circulação do capital e as condições de sua reprodução sistêmica. A quarta seção analisa as leis de movimento do capital e sua interatividade com os elementos constituintes espaciais e temporais da categoria padrão de reprodução do capital. A quinta seção estabelece propriamente a problematização e o significado de padrão de reprodução do capital.

## **2. Sobre o método em Marx e a construção das mediações analíticas**

O método dialético estabelece-se como interação entre fenômenos cuja essencialidade está condicionada pela totalidade social, ou seja, segundo Mészáros (1988, p. 381), “um complexo geral estruturado e historicamente determinado”. Da mesma forma, Saad Filho (2011, p. 21), partindo do filósofo soviético Ilyenkov (1924-1979), trata

as relações capitalistas enquanto um “sistema orgânico de partes ou fenômenos mutuamente condicionantes”, de tal forma que “para reconstruir o concreto no pensamento, a análise precisa refletir a estrutura desse concreto”. Portanto, a totalidade tem que dar conta das diversas mediações que a comporta, ou em termos do referido Mészáros (1988, p. 381), a totalidade existe através de “mediações e transições múltiplas” que “variavam constantemente e se modificam”.

Vale relevar que Marx não está preocupado em construir bases categoriais enquanto conceitos abstratos, próprios do pensamento econômico burguês (DUSSEL, 2012; GERMER, 2007; NETTO, 2011). Teoria e método, em Marx, são indissociáveis, sendo que totalidade, contradição e mediação constituem elementos simbióticos do concreto-pensado, ou seja, a realidade enquanto totalidade é “um todo estruturado que se desenvolve e se cria” (KOSIK, 1976, p. 41). A relação entre totalidade e mediação se estabelece enquanto processos interativos, de tal forma que a totalidade capitalista enquanto sistema orgânico requer “sistemas de mediações (internas e externas) que articulam [...] a totalidade concreta que é a sociedade burguesa”, de outro modo, o sistema capitalista tem que ser racionalizado enquanto a “unidade do diverso” (NETTO, 2011, p. 57).

A partir destes elementos, devemos nos indagar como então identificar a essência que compõe as

totalidades parciais e os fatores lógicos, históricos e espaciais que governam a estrutura interna das dinâmicas sociais capitalistas. Para Saad Filho (2011, p.22), três componentes identificadores da “essência” das mediações econômicas devem ser buscados: primeiramente, sua integração lógica à totalidade do sistema; segundo, sua forma de expressão encontra-se nas particularidades da sua manifestação concreta e não em fatores “teóricos ou ideais”; por último, porém de maior significado, esta “essência particular, enquanto forma mediação, resulta da especificidade histórica de cada realidade”. Isso, conforme o autor, não implica que a essência é sempre um ente separado, que se encontra atrás ou sob os fenômenos, mas nos diz, pelo contrário, que a essência geralmente existe apenas nos fenômenos e através deles, não sendo estes somente a manifestação daquela, mas, sobretudo, a forma pela qual a essência existe<sup>1</sup>.

O modo de existência da essência dos fenômenos na sociedade burguesa, por exemplo, manifesta-se tal como uma variedade fenomênica, de tal forma que, como expressa Osorio (2012, p.38), o “capital se apresenta como muitos capitais; o trabalho, como muitos trabalhadores; o valor se apresenta como preços; a mais-valia, como lucro”, sendo que esta variedade manifesta-se inclusive nas relações espaciais do capital, onde a economia mundial apresenta-se como uma totalidade integrada das diferentes formações econômicas e sociais nacionais.

Com base nestas considerações, podemos resumir os procedimentos necessários para a análise dialética materialista da construção das mediações fenomênicas, tal como faz Saad Filho (2011), da seguinte forma: primeiramente, partir do ponto que os fenômenos ou as particularidades que constituem a realidade concreta são condicionados por essências comuns que se manifestam e existem a partir deles. Segundo, que a relação verificada entre essência e fenômeno integra uma série de mediações como estruturas sociais, leis, tendências, contratendências, eventos contingentes, constituindo diferentes níveis de complexidade. Terceiro, a compreensão da realidade concreta deve partir da essência e identificar as mediações que fazem com que cada parte tenha relação com o todo. Esta forma de proceder aponta para a necessidade de estudos históricos que desvendem as estruturas e contradições da realidade concreta no lugar de se fixar em estruturas puramente conceituais. Como diz Saad, “Esse procedimento permite a reprodução da realidade enquanto expressão mental da articulação real dos fenômenos.” (SAAD FILHO, 2011, p. 27).

---

<sup>1</sup> Neste sentido, o método dialético materialista confronta-se com as abordagens metafísicas, incluindo a lógica formal, que se estruturam em torno de generalizações mentais. Por serem tautológicas, externas aos objetos e por suas propriedades comuns poderem possuir níveis de complexidade diferentes, não tendo relação direta com o concreto, tais generalizações mentais não têm validade geral. Por isso, a dialética materialista, no lugar delas, recomenda a análise baseada em abstrações concretas ou reais. Ver Saad Filho (2011, pp. 20-23).

Para isso, vê-se necessidade de uma categoria de mediação como a de *padrão de reprodução do capital*, que permita enfrentar o problema de se integrar à análise da valorização do capital com as formas materiais que este assume ao encarnar-se em determinados valores de uso ou, como a melhor percepção gnosiológica para o termo, a interação mediana entre diferentes formações econômicas nacionais enquanto variedades de padrões de reprodução do capital em sua lógica sistêmica e de totalidade, integrando a análise teórica à análise histórico-concreta, sendo fiel aos procedimentos acima expostos. Nos termos de Osorio (2012, pp. 40-41), a “noção de padrão de reprodução de capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”, considerando ainda “as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação”<sup>2</sup>.

A proposta de Osorio (*ibidem*), portanto, ao procurar dar fundamentação teórica à noção de *padrão de reprodução do capital* e oferecer um caminho possível para sua análise – assumindo que no seio da teoria marxista existe uma dimensão teórica não preenchida que essa noção permite enfrentar –, vem a cumprir com esse trabalho de mediação que as indicações de Netto (2011) e Saad Filho (2011), logo acima, sugerem fazer. Neste sentido, a partir do pressuposto metodológico e epistemológico marxista da totalidade, Osorio (2012) detecta uma atividade unificadora

presente na vida em sociedade: a lógica do capital. Esta, segundo o autor, é a que confere sentido aos múltiplos processos que aparecem, a primeira vista, de maneira dispersa, desconectados.

O resgate epistemológico da totalidade e a colaboração no trabalho de mediação das relações que aí se estabelecem internamente, confrontando totalidades constitutivas diversas não só umas às outras, mas à totalidade maior que as inclui – que é a sociedade burguesa –, justificam, por sua vez, o trabalho e o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*, para sua melhor aplicação à análise da realidade concreta, determinada, em última instância, pela lei do valor que comanda a produção, acumulação e reprodução do capital.

A categoria capital enquanto totalidade estabelece-se em Marx ([1867] 2013) como uma relação social, sendo a relação capital a de apropriação do mais-valor, fundada em relações contratuais entre o capitalista (comprador da mercadoria força de trabalho) e o trabalhador (vendedor da mercadoria força de trabalho). Entre eles trava-se uma troca de equivalentes no processo de circulação de mercadorias: a força de trabalho,

---

<sup>2</sup> Ao discutir superexploração e subimperialismo, Marini já havia destacado a necessidade de mediações. “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis vão se especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida” (MARINI, 2011, p. 184).

mercadoria que é a única propriedade do trabalhador, é comprada pelo capitalista, que oferece em troca a forma monetária salário, o preço da mercadoria força de trabalho. Em Marx, portanto, a forma social capital está muito bem situada historicamente, sua extensão a outros contextos só se faz violando seu método, recorrendo a generalizações mentais.

Estabelecida a definição de capital, surge a implicação da perspectiva do capital como totalidade, que nos é interessante pelo fato da categoria *padrão de reprodução do capital* visar preencher a lacuna teórica de mediação para o trato da totalidade do sistema e sua contínua reprodução. Assim, Saad nos diz que “Como uma totalidade engajada em sua autoexpansão através do emprego de trabalho assalariado, o capital é primordialmente capital em geral” (SAAD FILHO, 2011, p. 68). Esse capital em geral é representado, em sua essência, pelo circuito do capital industrial ( $D - M - D'$ ), posto que este explicita a valorização do capital por meio da produção de mercadorias que supõe o trabalho assalariado. A mais-valia, que constitui a diferença entre  $D$  e  $D'$ , é a base do lucro em todas as suas formas (industrial, comercial, juros, rendas, aluguéis etc.). Esse lucro, no entanto, advém somente do trabalho excedente executado na produção, por mais que o capital se mova e se alterne em diferentes formas nas fases da circulação. E mais, esse lucro não é a única coisa produzida pelo capital, pois, ao final do circuito, o que se tem é a reprodução ampliada

do capital, a renovação da separação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, fazendo da acumulação de capital a responsável pela multiplicação do proletariado.

São por esses aspectos que o estudo e o desenvolvimento da categoria padrão de reprodução do capital supõem, necessariamente, o estudo do ciclo e da acumulação de capital, desenvolvido em Marx, mas adaptado para a realidade latino-americana por Ruy Mauro Marini através de trabalhos como *Dialética da Dependência* (1973), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979).

### **3. A circulação do capital e as condições espaciais e temporais da sua reprodução ampliada**

A espacialidade e temporalidade do capital são condições da sua própria corporeidade (DUSSEL, 2012; JAMESON, 2013; HARVEY, 2013), sendo que a análise desenvolvida por Marx ([1885] 2014) no Livro II de *O Capital* tem várias implicações para o tratamento de categorias de mediação da totalidade capitalista. Como bem notou Dussel (2012, p. 241), a análise do ciclo do capital, em seus movimentos circulatórios, tem grande implicação para o tratamento da “questão da dependência”, pois a interação espacial e histórica do sistema capitalista define-se enquanto uma totalidade que requer circuitos de reprodução

integrados, porém desigualmente desenvolvidos e diferentemente articulados.

Atente-se que o processo de acumulação de capital e sua lei geral, tal qual Marx desenvolve na parte sétima de *O Capital*, vislumbramos funcionamento do capitalismo como um organismo que necessita reproduzir-se e ampliar-se constantemente com base na exploração do trabalho, o que se relaciona dialeticamente com a categoria *padrão de reprodução do capital*, haja vista a perspectiva da totalidade que contempla a necessidade da ininterrupta produção e reprodução do capital e o capitalismo como sistema calcado na exploração do trabalhador e, por isso, nos conflitos de classes.

Para ilustrar esta percepção, podemos recorrer à observação de Marx ([1885] 2014, pp. 669-670) de que nenhuma sociedade “pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução”, sendo que a reprodução social no modo de produção capitalista “é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital”, o que condiciona e tensiona toda a formação social, estabelecendo a imposição das estratégias econômicas do capital sobre o conjunto dos demais fatores de convivência e existência social.

Convém observar que a reprodução do capital sempre estabelece uma dupla lógica, a qual

Marx (*ibidem*) denominou de reprodução simples e reprodução ampliada. Estas duas formas de reprodução não podem ser vistas enquanto modos operacionais distintos, sendo mais complementares e orgânicas. A forma simples implica conversão permanente de valores em rendas, as quais definem parte dos movimentos dos ciclos do capital (monetário, produtivo e mercantil), porém não garante a expansão continuada necessária ao capital. Somente a reprodução ampliada estabelece-se enquanto valores que se convertem em capital e define que os ciclos sejam autoexpansivos<sup>3</sup>.

Assim a reprodução do capital transforma-se na própria dinâmica de reprodução social, o que implica a reprodução dos capitalistas e trabalhadores como classes opostas que se confrontam no sistema capitalista, sendo os primeiros apropriadores dos produtos do trabalho dos últimos. Como bem estabelece Marx (*ibidem*, p. 680), “o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim,

---

<sup>3</sup> Foley (1986, pp. 41-42) trata das formas atuais de interação entre capital, Estado e trabalho, observando que a reprodução do capital se transforma na própria dinâmica de reprodução social. Vale observar que, a depender do momento histórico do capitalismo, esta interatividade entre capital, Estado e trabalho altera-se, sendo que aqui funcionam tanto os condicionantes cíclicos da acumulação, quanto os movimentos de resistência social e luta de classes. Assim, sob a atual ordem neoliberal, o peso do capitalismo rentista retira o Estado das ações de reprodução social do trabalhador (previdência social, regulação salarial, educacional, saúde pública...), constituindo uma interatividade diferente daquela que regeu o chamado “*welfare state*” em parcela das economias centrais.

as condições de exploração do trabalhador”, ou seja, a “produção capitalista [...] produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista, e do outro, o assalariado.” (*ibidem*, p. 681).

Mas para a aplicação da mais-valia como capital com rumo à sua acumulação e reprodução em escala ampliada, Marx (*ibidem*, p. 686) volta-se para a materialidade desse processo e aponta para a condição de que o capitalista tem que adiantar capital na forma monetária para aquisição de “mercadorias que o capacitam a recomençar a fabricação de seu artigo, e, desta vez, em escala ampliada. Mas, para comprar essas mercadorias, tem de encontrá-las no mercado”.

Deve-se ressaltar que a circulação mercantil não acresce valor à riqueza social, sendo na verdade parte dos gastos sociais improdutivos, sendo que o “uso a que se pode prestar a produção do ano depende, portanto, de sua própria composição, e nunca da circulação” (MARX, [1885] 2014, pp. 686-687). Porém, a diversidade mercantil nas diferentes sociedades do capital é fundamental, determinando as próprias condições futuras de expansão a depender da variedade e grau de complementação entre os circuitos mercantis. Assim, produzir minério de ferro ou produzir computadores não constitui somente escalas e formas de produção distintas, inclui também as gradações futuras de expansão da acumulação e condições próprias de reprodução social.

As condições para reprodução social do capital colocam-se em termos temporais sob a dupla condição de primeiro garantir os “valores de uso, que servirão para substituir os elementos materiais do capital, consumidos no curso do ano” e, na sequência, garantir que “o produto excedente líquido em que se concretiza a mais-valia” seja transformada em capital. Entretanto, essa sequência lógica também tem que ser satisfeita sob o ponto de vista histórico ou material, pois a “mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital” (*ibidem*, pp. 686-687).

O mecanismo da reprodução ampliada completa-se com a presença de um estoque de força de trabalho excedente, algo possibilitado pela dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, definida como uma “lei geral da acumulação”, ou seja, conforme o capital amplia-se, passa a requerer maior soma de trabalho que o comande. Não podendo aumentar intensiva ou extensivamente a jornada de trabalho, terá de empregar maior número de trabalhadores, o que o modo capitalista de produção encarrega-se de fornecer através da multiplicação da força de trabalho nessa sociedade por meio da relação assalariada, que não só reproduz o trabalhador, mas sua família e, conseqüentemente, seus filhos, que o substituirão no futuro. Desta forma, todo ano chegam hordas de trabalhadores em idade de serem empregados na produção capitalista e que atendem

a necessidade por trabalho que cria a acumulação de capital.

Ao longo da seção 4 do capítulo XXII d'*O Capital*<sup>4</sup>, estabelece-se de forma mais objetiva a interação temporal necessária à reprodução ampliada do capital, de tal forma que, primeiramente, estabelece-se que o montante da acumulação deriva do montante absoluto de mais-valia, desde que se pressuponha determinada relação entre capital e renda. Logo depois, foca-se na exploração do trabalhador no sentido de que determinada produção de mais-valia está necessariamente vinculada ao grau médio de exploração da força de trabalho.

Vale destacar que será nesta seção que Marx observará a possibilidade efetiva de que parte do fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador seja convertida em fundo de acumulação de capital, o que Marini (2011a, p. 148) associará ao fenômeno da superexploração do trabalho nas economias dependentes. O trato desse fenômeno importa ainda mais quando entendemos que, pelo menos segundo a obra de Marini, ele é indispensável para o trato do ciclo do capital e, por conseguinte, para a conformação do padrão de reprodução do capital nas sociedades periféricas<sup>5</sup>. Diga-se que este mecanismo de exploração aparece ao lado das outras formas de que o capital se vale para aumentar a acumulação, seja via o aumento da quantidade de trabalho empregada sem necessariamente

haver aumento dos gastos em capital constante ou meios de produção, na forma convencional de mais-valor absoluto; seja pelo aumento da produtividade do trabalho através do avanço das forças produtivas, ocasionado, basicamente, pelo avançar da técnica e da ciência em geral aplicada à produção, na forma de mais-valor relativo.

Em síntese, as formas de expansão do valor são condicionadas tanto “por meio apenas de maior tensão da força de trabalho”, como também pelo uso da “ciência e técnica” como “potência para expandir o capital, independentemente da magnitude dada do capital em funcionamento” (MARX, [1885] 2014, p. 712). Entretanto, vale denotar que independente da forma de expansão do valor, ocorre a depreciação parcial dos capitais em funcionamento. A concorrência entre os capitais, nesse contexto, agravando a depreciação, pode fazer com que os capitalistas procurem compensá-la intensificando a exploração

---

<sup>4</sup> “Circunstâncias que determinam o montante da acumulação, independentemente da divisão proporcional da mais-valia em capital e renda; grau de exploração da força de trabalho; produtividade do trabalho; diferença crescente entre capital empregado e consumido; grandeza do capital adiantado” (MARX, [1867] 2013, pp. 674-684).

<sup>5</sup> Não a toa, em *Dialética da Dependência* (1973) do autor, o trato do fenômeno da superexploração do trabalho, especificamente, se dá logo antes dele mencionar a importância de se trabalhar o ciclo do capital na economia dependente, pois, segundo ele, o fenômeno da superexploração o altera e o determina, pois este aparece ainda no contexto de uma economia exportadora, no qual a economia latino-americana não estava de todo integrada à divisão internacional do trabalho e, por conseguinte, não se caracterizava como economia capitalista, propriamente. Ao se fazer assim, cria um ciclo próprio que difere do da economia industrial clássica justamente por está calcada na superexploração. Eis o que justifica, portanto, a atenção especial a esse fenômeno.

do trabalhador, o que denota que o avanço da força produtiva do trabalho na sociedade capitalista não se volta para beneficiar o trabalhador, por mais que permita que ele produza o mesmo que antes em menor tempo, mas tem como fim último a acumulação de capital e, por isso, não elimina a tendência de explorá-lo mais intensamente<sup>6</sup>.

Entretanto, se operamos com certo grau de exploração da força de trabalho e uma composição orgânica do capital constante, o movimento que provoca a acumulação tem como efeito o maior número de emprego de trabalhadores a serem explorados e, conseqüentemente, um maior montante de mais-valia, resultando em que “[...] quanto mais cresce o capital [...] tanto mais aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e fundo de acumulação” (*ibidem*, p. 716).

#### **4. A lei geral da acumulação capitalista e sua conformação em espaço e tempo determinados: o padrão de reprodução do capital**

A lei geral da acumulação capitalista prevê, basicamente, que o aumento do capital devido a sua acumulação, estabelecida a composição orgânica média do capital, aumenta a incorporação relativa de trabalho vivo à produção, conforme requiera maior massa de força de trabalho para conduzir os meios de produção adicionados com a acumulação e para, com isso, obter mais-valor.

O possível aumento do preço da força de trabalho que o movimento da acumulação possa ocasionar devido à maior demanda em relação à oferta de trabalhadores por parte do capital está limitado às necessidades dessa mesma acumulação, nunca ameaçando nem a reprodução simples e nem a reprodução ampliada do capital. Ou seja, a possível subida do preço da força de trabalho não pode ameaçar as bases em que o sistema se reproduz, em que se cristaliza a divisão entre capitalistas e assalariados.

Ademais, uma vez que o capital tem como objetivo básico a produção da mais-valia, com vistas a garantir a reprodução social do sistema capitalista, na medida em que um aumento do preço da força de trabalho possa potencialmente diminuir a proporção entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, a dinâmica reprodutiva do capital estabelece uma alteração na composição orgânica e técnica, forçando que o preço da força de trabalho retorne a um nível necessário ao retorno da acumulação em condições mais propícias à elevação da rentabilidade do capital.

---

<sup>6</sup> Em resposta a Fernando Henrique Cardoso às críticas ao seu *Dialética da Dependência* (1973), o que, posteriormente, veio a ser publicado como posfácio desse livro com o título “Sobre a *Dialética da Dependência*”, Marini foca nesse mecanismo que implica a prevalência do elemento da superexploração da força de trabalho em consonância com o aumento da produtividade e da mais-valia relativa no desenvolvimento mais avançado das leis do capital, indicando que faz isso pautado no modo como Marx desenvolve teoricamente a lei do valor, o que o faz considerar a maior exploração do trabalhador algo intrínseco ao desenvolvimento e acumulação do capital.

Sintetizando esse movimento, Marx nos diz que a lei da produção capitalista, em última análise, dimensiona as condições últimas de reprodução da classe trabalhadora, estabelecendo que uma superpopulação relativa seja uma força de regulação permanente sobre as taxas de salário, de tal modo que a “[...] elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente” (MARX, [1885] 2014 pp. 732).

A acumulação sucessiva de capital, que implica sua mudança quantitativa, produz uma diversidade de efeitos que tornam a lei geral de acumulação crescentemente complexa no espaço e no tempo. Uma mudança qualitativa fundamental se produz pela alteração da composição técnica do capital, redundando em economia de força de trabalho frente ao aumento do emprego de meios de produção e aumento da superpopulação relativa. A elevação da produtividade do trabalho “se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2011, p. 734), o que determina as condições de crescente tensão tecnológica próprias do capitalismo.

Um segundo processo decorrente refere-se à concentração e à centralização do capital. A concentração refere-se ao mecanismo regular de acumulação através da inversão de parcela da massa de lucro auferida a cada ciclo reprodutivo do capital; e paralela e contiguamente ao processo

anterior, viceja, através da concorrência e do crédito, uma crescente centralização da capacidade reprodutiva do capital, estimulando e movendo a própria concentração a limites superiores<sup>7</sup>.

O processo de acumulação de capital somente por investimento de parcela do lucro médio, por mais que resulte em concentração de capital no processo de trabalho, tende à descentralização da propriedade do capital, em função de fatores diversos (SHAIKH, 1988; 2005). Por outro lado, a centralização é um processo resultante tanto da concorrência entre as diferentes frações do capital social quanto da expansão do sistema de crédito capitalista.

A concorrência favorece os investimentos de grande escala graças aos menores custos de produção e à condição de apropriação por parte dos capitalistas individuais de crescentes parcelas da mais-valia social, e o sistema de crédito possibilita a disponibilidade de massas volumosas de capitais necessários a esses grandes investimentos requeridos pelos processos produtivos modernos. Ambos os processos aceleram a

---

<sup>7</sup> A concentração responde a um processo paulatino de expansão de uma massa de capital sob controle dos capitalistas específicos, sendo componente do caráter geral do capitalismo. A concentração se processa de forma gradual, investindo-se frações do mais-valor, submetendo a escala de produção aos limites extensivos da acumulação, cada fração do capital social alimenta sua massa de meios de produção, que comanda o trabalho vivo no processo produtivo e de valorização, destinando uma parcela da mais-valia como taxa de acumulação, alterando somente lentamente a composição orgânica e técnica do capital que caracteriza o desenvolvimento capitalista (MARX, [1867] 2013; SAAD FILHO, 2011, pp. 121-134; HARVEY, 2013, pp. 157-199).

concentração do processo produtivo (maior composição orgânica de capital) e a centralização da propriedade capitalista.

A centralização do capital está condicionada por dois processos integrados: a concorrência intercapitalista e a oferta de capital de empréstimo (crédito). Diferentemente da teoria econômica convencional, na análise marxista a concorrência é intensificada pelo duplo padrão de concentração e centralização do capital, sendo que o sistema de crédito há muito estabelece uma maior elasticidade nas condições de centralização, moldando a concentração da propriedade dos capitais e o formato da disputa entre os mesmos<sup>8</sup>.

A construção categorial de *padrão de reprodução do capital* implica identificar as mediações necessárias para que as leis do valor e da acumulação do capital expostas acima conformem-se em contexto histórico específico e espaço determinado. Assim, a percepção lógica já apontada por Marx na sua lei geral da acumulação é que o desenvolvimento das formas capitalistas localizadas no espaço deverá considerar a interação entre os principais elementos de expansão do capital acima expostos, ou seja, como as relações de reprodução ampliadas, as formas de concorrência centralizadas e o sistema de crédito atuam sobre cada espaço de desenvolvimento do capital. Para fazê-lo, seguimos as pegadas de Marini (1973; 2011) ao propor uma *dialética da dependência*.

Na obra *Dialética da Dependência* (1973), Marini analisa “[...] em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana” (MARINI, 2011b, p. 86). Com isso, ele estabelece o conceito de dependência como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2011a, pp. 134-135). Munido dessa perspectiva, os fenômenos em questão, advindos da integração da América Latina no mercado mundial e da conformação da lei do valor em seu território, são captados e sintetizados no conceito de “economia exportadora”, que, nesse contexto, é vista como “o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2011b, pp. 86-87).

A lei geral de acumulação continua válida e agindo no duplo movimento antes observado, porém, nesta específica condição espacial e temporal da reprodução capitalista periférica,

---

<sup>8</sup> Em termos esquemáticos, pode-se afirmar que a Concentração (A) = F(M,  $\alpha$ ); Centralização (C) = F(A, SC). Sendo M (Massa de Mais-Valor);  $\alpha$  (Taxa de Acumulação); A (Concentração); SC (Sistema de Crédito). Assim, a centralização incorpora a própria concentração; conferir Shaikh (2006), Kon (1999), Harvey (2013) e Marx (2013).

deve-se observar condições não circunstanciais, mas centrais para a reprodução das leis de movimento próprias, sendo que as transferências de valor entre periferia e centro capitalista “não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas, antes, como consequência da legalidade própria do mercado mundial” e condição de reprodução da economia-mundo capitalista, baseado em “duas premissas: a abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão de obra)” (*ibidem*, pp. 86-87).

Por sua vez, a industrialização que se daria posteriormente nessa economia seria determinada pelas relações de produção internas e externas, que teriam como base as duas premissas apontadas, e que determinariam o modo específico como os ciclos reprodutivos dar-se-iam, engendrando diferentes problemas, seja na circulação, na produção ou no circuito monetário, que se aprofundariam cada vez mais com a industrialização, seja ela gerada endogenamente, seja por meio da intervenção direta do capital externo, quando da integração transnacional da economia mundial sob a hegemonia estadunidense<sup>9</sup>.

A economia primário-exportadora estabelece as bases para “transição a uma autêntica economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando emerge ali a economia industrial”, porém, as leis de movimento neste capitalismo periférico são alteradas parcialmente por

condicionantes internos resultantes da “economia colonial”, resultando em “leis de desenvolvimento do capitalismo dependente” (MARINI, 2011c, p. 174).

Depois de caracterizadas a dependência e a economia exportadora, podemos fixar a pauta do estudo de Marini, que vai “da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação” (MARINI, 2011a, p. 154). Vale observar que o desenvolvimento desigual capitalista constitui condição estrutural para reprodução social em escala mundial do modo de produção capitalista. Dito isto, o desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital* deve partir do estudo do ciclo do capital, tal como trabalhado no Livro II d’*O capital* de Marx, e, portanto, tal como pontua Marini, do processo de circulação do capital, não enquanto uma forma isolada, como pensa a economia convencional, mas como forma integrada e dialética dos ciclos reprodutivos do capital (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital mercadoria), bem como dos movimentos de subordinação e complementação existentes entre eles.

Cabe pontuar, ainda referente ao processo de circulação do capital, que Marx (2011, pp. 568-569) o define de modo tríplice: “1) o processo global

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de integração monopólica mundial, ver a segunda parte da obra de Bamberga (2013).

– o percurso do capital pelos seus diferentes momentos [...]. 2) A pequena circulação entre capital e capacidade de trabalho [...]. 3) A grande circulação; o movimento do capital fora da fase de produção”. No sentido formal do Livro II, do qual parte Marini (2012), o ciclo do capital é definido como D-M... P... M'-D'. Expressa-se nesta fórmula a ideia de que o capital representa um processo ininterrupto de circulação, que tem na expansão de seu valor o objetivo central de seu movimento, porém, perfazendo movimentos cíclicos que não são autônomos, nem totalmente dependentes, constituindo uma totalidade fragmentada nas formas D-M-D' (capital-dinheiro) e M... P... M' (capital-mercadoria) e ...P...P'... (capital-produtivo), sendo que estas formas-movimento estabelecem-se no espaço e no tempo como padrão de reprodução do capital.

Em Marini, temos o início do trato desse assunto na obra *O ciclo do capital na economia dependente* (1979). Aqui, pressupõe-se que a economia dependente não é mais aquela caracterizada como economia exportadora, em que seu ciclo estava subordinado à dinâmica externa. Aqui, já se faz presente a indústria como eixo central dessa economia, gerando um ciclo relativamente “autônomo” do capital. Segundo Marini (2012), “[...] se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica”.

O ciclo que sinalizamos mais acima, expresso por sua fórmula que identifica as formas que o capital assume, pode ser visto em três fases: circulação, produção e circulação. Na primeira fase da circulação, que Marini (2012) chama de C<sup>1</sup>, estuda-se o capital sob a forma dinheiro que se troca por meios de produção e força de trabalho. Em sua segunda fase, que corresponde à acumulação e à produção, o capital já se encontra na forma de meios de produção e força de trabalho para realizar seu processo de valorização por meio da exploração dessa força. Por fim, sua terceira fase, que é ao mesmo tempo a segunda fase da circulação (ou C<sup>2</sup>), o capital já se encontra sob a forma de mercadorias contendo seu valor inicial mais o mais-valor gerado na fase da produção mediante a exploração, e precisa se realizar vendendo-se e transformando-se na sua forma dinheiro, que representa uma magnitude superior ao dinheiro investido no início do ciclo.

O uso dessa perspectiva para a análise da economia dependente e para tratamento da categoria *padrão de reprodução do capital* exige que, à primeira fase da circulação desse ciclo, perguntemos-nos quanto à origem do capital dinheiro: se é capital privado interno ou investimento privado interno; se é investimento público, que tem origem no Estado; ou se se refere a capital estrangeiro.

O capital privado interno ou investimento privado interno é a parte da mais-valia gerada no

interior da economia que (deduzidos os gastos produtivos do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho. Não interessa aqui a nacionalidade desse capital, posto que se pressupõe que ele é fruto da acumulação interna.

O investimento público, que tem origem no Estado, é produto de fontes diversas, posto que o Estado obtém seus recursos de diferentes formas, seja através dos impostos (diretos e indiretos), que se apropriam de parte da mais-valia gerada na economia, ou da apropriação de parte do capital variável pago aos trabalhadores. Uma segunda fonte do investimento público é a que resulta do processo direto de exploração que o Estado, enquanto capitalista, leva a cabo. Nem todo gasto estatal, no entanto, é produtivo, portanto, nem todo esse gasto leva à acumulação de capital. Em síntese, “o investimento público depende da proporção, no gasto público, das despesas destinadas ao investimento produtivo e daquelas que se destinam aos investimentos improdutivos”<sup>10</sup> (MARINI, 2012, p. 24).

Quanto ao capital estrangeiro, esse se dá de duas formas: como investimento direto e como investimento indireto. Dessa forma, ele é posto como um elemento a mais que intervém na formação da massa de capital dinheiro que dá lugar ao processo de acumulação. Entretanto, “não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou

anteriormente da economia dependente; restituição que é, além do mais, parcial” (*ibidem*, p. 25).

Assim, o ciclo econômico na economia dependente é influenciado pelo Estado e articula-se diretamente com o exterior. Mas o capital estrangeiro está fora do controle da economia dependente (que dele depende para a acumulação). Sua incorporação a esta fase da circulação o internaliza e o coloca como fator direto do ciclo do capital na economia dependente.

Parte desse capital estrangeiro que entra na primeira fase (C') compra meios de produção e força de trabalho do próprio país dependente, mas outra parte sai de imediato desta nação, na medida em que compra meios de produção do exterior. Isso não acontece apenas na economia dependente, mas nela ocorre de forma mais aguda, ao mesmo tempo em que responde “à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital” (MARINI, 2012, pp. 27-28). Quanto às fases de acumulação e produção, vale frisar que o capital estrangeiro é o que controla e tem “acesso mais direto à tecnologia implícita” nos meios de

---

<sup>10</sup> Gastos produtivos e improdutivos, para Marini, são definidos conforme se gastem com trabalho produtivo e improdutivo. O conceito de trabalho produtivo, para Marini, derivado de sua interpretação da obra de Marx, para além de ser aquele que faz rentável o capital e produz mais-valor, amplia-se, sobretudo a partir do momento que ele considera as mudanças efetivadas nos processos produtivos de trabalho no capitalismo pós-Segunda Guerra. Fazendo a releitura d'*O Capital* I, II e III, Marini diz que a conclusão de Marx a respeito do trabalho produtivo caminha no sentido de defini-lo como aquele que permite ao capital produzir e se apropriar do mais-valor. Ver Marini (2011 d, pp. 187-197).

produção (*ibidem*, pp. 27-28), sendo que este condicionante de dependência tecnológica restringe o desenvolvimento de circuitos de acumulação complementares e estabelece limites à expansão do departamento de produção de máquinas e equipamentos de meios de produção (Departamento I).

Partimos do ponto acima e veremos como tal situação conduz à concentração e/ou centralização na economia dependente, conduzindo tal economia a um processo de monopolização. Pois bem, adentrando o território dependente, a tecnologia mais sofisticada que se dirige à empresa melhor alinhada com o capital externo (ou mesmo pertencente a ele) faz que seus custos de produção baixem para além dos custos de produção médio dessa economia. Em outras palavras, aumentando sua produtividade, diminui o trabalho necessário que aquela empresa há de despende para produzir seus produtos. Nesse sentido, diante das condições de mercado, essa mesma empresa é capaz de vender a um menor preço que as demais empresas dessa economia, detentoras de uma menor composição orgânica de capital. Tal possibilidade lhe faz acumular a maior parte da massa de lucro (ou mais-valia) que essa economia produz.

Permanecendo essa realidade por alguns ciclos de produção, faz-se presente uma concentração de capital por parte dessa empresa. Mesmo

quando a tecnologia que a colocou nessa posição barateie, dando a oportunidade de outras empresas lhe terem acesso, a concentração de capital que se operou na primeira empresa lhe faz capaz de, nesse momento, dar um novo salto qualitativo em sua produção, com novas inversões tecnológicas que reduzam seu custo ainda mais, o que lhe confere a posição absoluta de direção e liderança sobre o mercado e a economia.

Mas tal realidade assim se faz se as empresas que lideram a produção através das inversões tecnológicas providas do exterior aceitarem vender suas mercadorias pelo custo de produção médio da economia, e que é pautado pela maioria das empresas que a constituem e que detêm níveis menores de capital tecnológico. Fazendo isso, ela obtém sempre uma mais-valia extraordinária, ou lucro extraordinário, capaz de mantê-la sempre na dianteira do processo produtivo e na liderança do mercado, devido ao grau de concentração do capital que ela angaria. Porém, se tal empresa (ou empresas) resolve pautar seus preços pelos seus próprios custos de produção, as demais que não a acompanharem falirão ou serão anexadas pela primeira, caracterizando a centralização e a monopolização da economia dependente.

Como resultado da situação e dos mecanismos esboçados anteriormente, resta às empresas pequenas e médias da economia dependente recorrerem à superexploração do trabalho para

compensar a perda de mais-valor<sup>11</sup>. Ou seja, é pela maior exploração dos trabalhadores (seja através do aumento da intensidade do trabalho, da jornada de trabalho ou da redução do salário abaixo do valor da força de trabalho) que se busca recuperar a mais-valia perdida no âmbito da concorrência. O achatamento da massa salarial, produto direto desse mecanismo, redundando em menores remunerações pagas pelos setores monopolistas, o que acaba por favorecê-los tanto na remuneração de seus funcionários como no fato de lidarem com custos menores de insumos e matérias-primas, devido à baixa salarial.

Marini (2012) destaca dois pontos que favorecem ou possibilitam que a economia dependente opere com base na superexploração do trabalho: a capacidade reivindicativa do proletariado em baixa, devido à ação estatal, que se baseia na estrutura econômica; e a criação de um exército industrial de reserva que pressione constantemente o mercado de trabalho e ameace o setor empregado da classe operária.

Por fim, na segunda fase da circulação (realização), destaca-se que a superexploração do trabalho reduz a capacidade de consumo dos trabalhadores, impossibilitando a realização das mercadorias. Também uma parte dos lucros/mais-valor é transferida para o exterior, não atuando na realização das mercadorias nas economias dependentes, o que reduz o mercado interno. A parte do mais-valor que fica no país

divide-se em duas partes. Uma transforma-se em investimento/acumulação e a outra destina-se a gastos improdutivos (consumo individual dos capitalistas e setores de classes vinculados a eles).

A estrutura do consumo individual reflete a distribuição de renda (produto do mais-valor não acumulado e do capital variável). Com a superexploração do trabalho, ocorrem uma elevação do mais-valor e o crescimento do mais-valor não acumulado em relação ao salário. Em função disso, a distribuição de renda é muito concentrada.

Marini conclui que o setor dinâmico da economia dependente constitui-se por rendimentos decorrentes de mais-valor não acumulado, lucros e proventos. Nestes termos, a estrutura de produção tende a voltar-se para este setor, secundarizando ainda mais a maior parcela dos trabalhadores.

Em contrapartida, para a conformação da categoria *padrão de reprodução do capital*, Osorio (2012) alerta que, no estudo dos ciclos do capital – para além da limitação de, não incorporando o lucro, conseqüentemente não incorporar-se o

---

<sup>11</sup> Incluindo as transnacionais (ou empresas locais a elas associadas), de modo que a superexploração do trabalho (aumentando a exploração e rebaixando do nível médio dos salários) beneficia não apenas as empresas nacionais, mas as estrangeiras também. Dessa forma, elas se beneficiam, no primeiro momento, por concentrarem tecnologia que lhes possibilita o mais-valor extraordinário, e depois, por conta da elevação da exploração do trabalhador nesta economia. Ainda que as empresas locais consigam acessar e incorporar a tecnologia das empresas monopolistas, estas têm melhores condições de fazer nova incorporação tecnológica, restaurando a desigualdade.

fator crise do capitalismo decorrente da tendência de queda das taxas de lucro –, apresenta-se a limitação relacionada à forma material que o capital assume na produção e na valorização. Logo, isso exige incorporar, na análise do padrão de reprodução, elementos como: a procedência do dinheiro que se investe (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes.

Além disso, indica os estudos dos esquemas de reprodução em Marx, que faz isso através da identificação de dois grandes departamentos: um responsável pela produção de meios de produção, chamado de setor I; e outro responsável pela produção de meios de consumo, chamado de setor II. Estes, por sua vez, deveriam velar para repor o valor de seus elementos de produção tomando uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Pretende-se, futuramente, trabalhar esses aspectos

em melhores detalhes, além de incorporar a dica de Saad Filho (2011) de que se incorpore o estudo da esfera da concorrência, dividindo-a em dois tipos: a que ocorre entre capitais no mesmo setor da economia (que está presente em *O Capital I*); e a que ocorre entre capitais em diferentes setores (analisada mais especificamente nos capítulos 5 e 7 d'*O Capital III*). A primeira, e mais abstrata, forma da concorrência explica a origem das mudanças técnicas sistemáticas, a tendência da diferenciação das taxas de lucro entre capitais com tecnologias distintas e a possibilidade de crises de desproporção e superprodução. Já a segunda, e mais concreta, esfera da concorrência explica a possibilidade de migração de capitais, a tendência rumo à equalização das taxas de lucro dos capitais e outras estruturas e tendências equilibrantes associadas com a concorrência. Uma categoria como a de *padrão de reprodução do capital* deve tratar das duas esferas, concebendo suas respectivas mediações.

## **5. Da categoria padrão de reprodução do capital enquanto mediação analítica**

Entendendo a existência de diferentes níveis de análise no marxismo – uns mais abstratos, outros mais concretos –, Osorio (2012) observa corretamente que a noção de padrão de reprodução do capital estabelece mediações entre esses níveis. Esta categoria, segundo o autor, surge para dar conta das formas como o capital se reproduz

em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. Por isso, essa categoria coloca-se entre noções mais gerais, como *modo de produção capitalista e sistema mundial*, e noções menos abstratas, ou noções histórico-concretas, como *formação econômico-social e conjuntura*.

Quanto à ontogênese dessas categorias, cabe pontuar que a de modo de produção capitalista é extraída diretamente da obra de Marx, enquanto a que se refere ao sistema mundial, apesar de não dito explicitamente por Osorio (2012), supõe a definição dada pela Teoria do Sistema-Mundo, dadas as referências que utiliza apontadas em nota de rodapé (Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Giovanni Arrighi etc.) e os conceitos que usa para se referir ao que chama de estrutura do sistema capitalista: centro, semiperiferias e periferias<sup>12</sup>.

Já a noção de formação econômico-social remete-nos, segundo o autor, à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas, enquanto a noção de conjuntura remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflitos e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial.

Dadas essas premissas, a reprodução do capital, segundo Osorio (2012), assume formas diversas

em diferentes momentos históricos, o que lhe faz se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, de forma que reorganize a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso, o que permite historiar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem nacionalmente.

A lacuna, portanto, que a categoria *padrão de reprodução do capital* visa preencher ao fazer a mediação da conformação da lei do valor em períodos históricos específicos e espaços geoterritoriais determinados, da feita que entende a necessidade do destaque aos valores de uso das mercadorias como condição para o entendimento da reprodução do sistema capitalista e de sua historicização, refere-se ao trato da natureza do espaço e do tempo enquanto “dialética de espaço-temporalidade” (HARVEY, 2013, p. 23).

A partir de então, as relações estabelecidas entre os conceitos de valor de uso, valor de troca e valor em Marx são tratadas por Harvey (*ibidem*) desde a perspectiva da estrutura espaço-temporal

---

<sup>12</sup> Os autores dessas teorias do sistema mundial, segundo Martins (2011), subdividem-se entre aqueles que endossam a ideia de um moderno sistema mundial, como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Beverly Silver, e os que discordam, dizendo haver um único sistema mundial formado desde a revolução neolítica há 5 mil anos, como André Gunder Frank e Barry Gills. No que aqui importa, o primeiro grupo apoia-se no conceito de tempo histórico, tirado da obra de Fernand Braudel, que o divide entre a longa duração, a conjuntura e o acontecimento. Desse conceito retira noções como ciclos sistêmicos e tendências seculares. Os ciclos sistêmicos ligam-se à ascensão e à queda de Estados hegemônicos que organizam a economia mundial em centros, semiperiferias e periferias

subjacente a esses conceitos e pela qual estes se movem, em que se fundem dialeticamente as três maneiras fundamentais de se entender o espaço-tempo: a maneira absoluta, relativa e relacional. Se entendemos que a categoria *padrão de reprodução do capital* estabelece a mediação entre as características mais gerais e as mais concretas da realidade dominada pelas leis de valor do capital, o esclarecimento a respeito da espaço-temporalidade do capitalismo e desses conceitos que Harvey (*ibidem*) estabelece para, assim, abordá-la mostra-se alvissareiro.

Nesse sentido, a ordenação espacial é o domínio do conhecimento geográfico, enquanto o desdobrar temporal circunscreve-se à história, e esta dimensão absoluta do espaço-tempo, por sua vez, caracterizaria, segundo Harvey, o domínio primário dos valores de uso na teoria marxiana, podendo se atestar isso no fato de que é o espaço que define os direitos da propriedade primária na terra, as fronteiras do Estado, a distribuição física da fábrica, a forma material da mercadoria e o corpo individualizado do trabalhador (*ibidem*).

A teoria relativa da estrutura espaço-tempo, por sua vez, associa-se ao nome de Einstein e anuncia que um mundo em movimento define essa estrutura, que não é fixa nem euclidiana. Como exemplo disso, temos as relações de transporte que geram diferentes métricas baseadas na distância física, no custo e no tempo, enquanto os

espaços topológicos como aeroportos e redes comerciais alteram-se e definem, com isso, a circulação das mercadorias, do capital, do dinheiro, das pessoas, das informações etc. Com isso, pode-se dizer que o espaço-tempo relativo é o domínio privilegiado do valor de troca, ou seja, das mercadorias e do dinheiro em movimento (*ibidem*).

Já a visão relacional do espaço-tempo, ligada sobretudo ao nome do matemático e filósofo Leibniz, enxerga o espaço-tempo como não tendo existência independente, pois o vê como produto inerente à matéria e ao processo, sendo por ambos criado. Nesse sentido, aplicando essa visão para a teoria marxiana, Harvey pondera que o capital cria o espaço-tempo, assim como estabelece uma constante desigualdade enquanto condição de perpetuidade da sua reprodução. Conclui-se, então que o espaço-tempo relacional é o principal domínio da teoria do valor de Marx. Nesta, o valor, ao mesmo tempo que é imaterial, é objetivo, e, portanto, só pode ser captado a partir de seus efeitos que se apresentam naquilo que Marx designou por *fetichismo da mercadoria*. Além do mais, o valor é apresentado como uma relação social que se verifica internamente nas mercadorias e que, portanto, dá-se no espaço-tempo relacional. Como relação interna às mercadorias, ele contempla toda a geografia histórica dos processos de trabalho, da produção e da concretização da mercadoria, e da acumulação

do capital no espaço-tempo do mercado mundial (*ibidem*).

Essas três estruturas espaço-temporais aqui explicitadas mantêm uma tensão dialética umas com as outras da mesma forma que o valor de uso, o valor de troca e o valor dialeticamente estão interligados na teoria de Marx. Harvey (*ibidem*) exemplifica isso mostrando que cada uma dessas estruturas espaço-temporais, por mais que consistam em coisas diferentes e até opostas, dependem uma da outra para se realizarem. Logo, diz que não poderia haver valor no espaço-tempo relacional sem a existência de trabalhos concretos construídos em inúmeros lugares (fábricas) circunscritos à estrutura espaço-temporal absoluta. Assim como aponta que o valor não emergiria como um poder imaterial (mas objetivo) sem os inúmeros atos de troca e os contínuos processos de circulação do mercado global que dizem respeito ao espaço-tempo relativo.

Mais detidamente, só para exemplificar melhor a interação dialética entre valor de uso, valor de troca e valor sob o aspecto do capital relacional, do ponto de vista da mercadoria, uma das premissas básicas colocadas por Marx é que esta tenha valor de uso. Ou seja, apesar de interpretações equivocadas da obra de Marx levarem-nos a crer que o valor de uso não interfere na análise do valor e do valor de troca e, portanto, na completude da análise econômica traçada por Marx em *O Capital*, percebe-se que o fato de Marx

abstrair do valor de uso no início da sua obra para se deter na explicação do valor de troca, e daí deduzir o valor, não elimina o fato que o valor contido na mercadoria, na sua dimensão relacional imaterial (mas objetiva), só pode se realizar na esfera da troca, que corresponde à dimensão espaço-temporal relativa, se atender a premissa básica do espaço-tempo absoluto, que é ter valor de uso.

O exemplo acima aponta para o problema da acumulação e reprodução do capital, tratado mais a frente, e que constitui premissa básica para a conformação de uma categoria como *padrão de reprodução do capital*. O fato de se ter em vista que o valor de uso é importante no sistema capitalista compreende a noção básica de que, como sistema, o capitalismo necessita reproduzir-se fisicamente e o modo como isso se dá varia segundo a predominância de determinado padrão de reprodução, requerendo que o trato dessa temática nunca se desvincule de seu contexto histórico e do espaço material em que acontece. Ou seja, que não se desprenda da estrutura do espaço-tempo absoluto onde predomina o valor de uso das coisas.

Tal como Harvey (2013, p. 48) afirma, “[...] em um sistema sofisticado e intrincado de produção de mercadoria, os aspectos quantitativos dos valores de uso se tornam de grande importância”, dado que a reprodução social, pautada pela divisão e especialização do trabalho, não deixa

de requerer que os insumos e os produtos das diferentes indústrias estejam minimamente equilibrados.

As considerações postas acima nos indicam, por sua vez, a necessidade de maior rigor com a aplicação da teoria do valor marxista, identificando de melhor modo a interpenetração dialética dos conceitos de valor de uso, valor de troca e valor. O trato da acumulação e reprodução do capital para a posterior conformação da noção de *padrão de produção do capital* exige que esses conceitos e a relação entre eles estejam bem definidos.

## 6. Considerações finais

Este artigo buscou estabelecer elementos para desenvolvimento da categoria padrão de reprodução do capital, buscando identificar os pressupostos, conceitos e concepções necessários à aproximação e construção analítica desta categoria, tomada como uma mediação social, histórica e geográfica. Seguindo os passos de Marini (1973; 2011) e Osorio (2012), ela requer não só o melhor desenvolvimento do que se encontra em *O capital II* de Marx, no que tange aos ciclos do capital e seus esquemas de produção, mas também à análise do crédito e da concorrência.

Numa primeira aproximação a partir dos elementos teóricos tratados, podemos estabelecer o entendimento de padrão de reprodução de capital enquanto uma categoria relacional que

possibilita a compreensão das condições concretas como se manifesta a reprodução capitalista nas formações sociais e econômicas que se estabelecem nacionalmente, compreendendo, de um lado, graus variados de dependência ao circuito da economia mundo capitalista, e de outro, maior ou menor desenvolvimento e expansão autônoma tecnológica, creditícia e poder soberano do seu Estado nacional. Este conjunto de variabilidades estabelece sociedades capitalistas bastante diversas, o que condiciona as relações econômicas internacionais e, ao mesmo tempo, define o papel destas sociedades na divisão internacional do trabalho, bem como o grau de integração dos diversos circuitos econômicos presentes na sua dinâmica interna.

Nestes termos, *padrão de reprodução de capital* apresenta-se como uma categoria que contribui para aprofundar os estudos sobre o capitalismo contemporâneo, desvendando suas dinâmicas em diversos processos. É parte importante da constituição teórica que almeja a superação desta sociedade por outra que não esteja sustentada na corrida pelo lucro e na exploração do ser humano.

## Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- DOS SANTOS, Theotonio. “Dependencia y cambio social”, *Cuadernos de Estudios socioeconómicos*. Universidad de Chile, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.
- DUSSEL, Enrique. *A Produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FOLEY, D. *Understanding Capital: Marx’s economic theory*. Harvard University Press, 1986.
- GERMER, Claus Magno. “A relação abstrato/concreto no método da economia política” In: CORAZZA, Gentil. *Métodos da Ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 61 - 92.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- JAMESON, Fredric. *Representar El capital: una lecturadel tomo I*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital.”, *Cuadernos Políticos*, México D. F., Ediciones Era, n. 20, 1979.
- \_\_\_\_\_. “Dialética da dependência” [1973] In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a, pp. 131-172.
- \_\_\_\_\_. “Memória: por Ruy Mauro Marini” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b, pp. 55-128.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a dialética da dependência” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c, pp. 173-185.
- \_\_\_\_\_. “O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica” In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011d, pp. 187-197.
- \_\_\_\_\_. “O ciclo do capital na economia dependente” In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias Seibel (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, pp. 21-35.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política, Livro II: O processo de circulação do capital* [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MÉSZÁROS, I. “Totalidade” In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- NETTO, José P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OSORIO, Jaime. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica” In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias Seibel (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 37-86.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SAAD FILHO, A. A. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- SHAIKH, Anwar. “Centralização e concentração do capital” In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ensayos de economía política*. Buenos Aires: RyR, 2006.